

Título: Percepções de crianças e pais acerca do uso de redes sociais

Title: Children and parents' perceptions about the use of social media

Titulo: Percepciones de niños y padres sobre el uso de las redes sociales

Resumo

Esse estudo qualitativo objetivou compreender a percepção de crianças e seus pais sobre uso e influência das redes sociais na subjetividade infantil. Infância é um período da vida influenciado por diferentes fatores ambientais, sociais e biológicos. A partir da interação com o ambiente a criança é continuamente modificada e ao mesmo tempo modifica o ambiente e seus integrantes.

As informações encontradas nos relatos das crianças e seus pais lançam luz sobre aspectos associados a forte influencia das mídias sociais na vivência da família. As crianças chamam a atenção pela forma como estão apropriadas dos termos e funções das plataformas, enquanto os pais, em sua maioria, não conseguiam aplicar estratégias de adequação ao seu uso diário.

Palavras-chave: psicologia; mídias sociais; subjetividade; infância; tecnologia

Abstract

The present qualitative study intended to understand children and their parents' perception about the use and influence of social media in the childhood subjectivity. The childhood is a period of one's life that is influenced by different factors such as environmental, social and biological ones. From their interaction with the environment, the child is constantly modified and, at the same time, modifies their environment and its subjects. The information found at the children and their parents' testimonials shed light over aspects that are related to the social media's strong influence over the family experience. The children drew attention by their strong appropriation of digital platforms' lingo and functions, while most of the interviewed parents failed to apply proper management strategies into their daily use.

Keywords: psychology; social media; subjectivity; childhood; technology

Resumen

Este estudio cualitativo tuvo como objetivo comprender la percepción de los niños y sus padres sobre el uso e influencia de las redes sociales en la subjetividad de los niños. La infancia es un período de la vida influenciado por diferentes factores ambientales, sociales y biológicos. A partir de la interacción con el entorno, el niño se modifica continuamente y al mismo tiempo modifica el entorno y sus miembros. La información encontrada en los informes de los niños y sus padres arroja luz sobre aspectos asociados a la fuerte influencia de las redes sociales en la experiencia familiar. Los niños llaman la atención por la forma en que se apropian de los términos y funciones de las plataformas, mientras que los padres, en su mayor parte, fueron incapaces de aplicar estrategias para adaptarse a su uso diario.

Palabras-clave: psicología; redes sociales; subjetividade; infância; tecnologia

Introdução

A infância é um período de desenvolvimento com especificidades que se moldam ao contexto social vivido (Ariès, 1960). A criança se desenvolve a partir do meio social em que está inserida, a partir da interação com o ambiente ao seu redor (La Taille, Oliveira & Dantas, 2019). Dessa forma, a criança é tanto agente de mudança no seu ambiente, quanto está sujeita a mudanças a partir do meio que a cerca, e os elementos que influenciam esta mudança são diversos.

Além da família é um dos elementos principais de influência na infância, representa o primeiro contato que a criança tem com a sociedade, ajudando a desenvolver suas habilidades de interação com o mundo e, assim, moldando sua identidade. A identidade, por sua vez, é algo que está sempre em construção, apresentando um caráter dinâmico, e que se constitui através da participação dos sujeitos no processo de interação social (Vasconcelos & Caetano, 2014).

Na medida em que novos marcos sociais e culturais surgem também influenciam em diferentes aspectos da subjetividade, tanto de maneira individual quanto coletiva. Laraia (1986) traz que a cultura é um fenômeno natural que possui causas e regularidades, sendo um processo acumulativo, resultante de toda a experiência histórica das gerações anteriores. Segundo Torre e Amarante (2001), a subjetividade coletiva é produzida nos registros coletivos de uma sociedade e cultura, não sendo algo inato, mas sim um produto de diversos fatores produzidos através do tempo. A cultura, juntamente com a subjetividade coletiva, são elementos que vão contribuir para o desenvolvimento da subjetividade individual.

Na contemporaneidade, um dos fatores observados como mais influentes é a tecnologia. Campos e Souza (2003) afirmam que a criança de hoje já nasce imersa no mundo da tecnologia, e, com isso, as mídias assumem um papel significativo na construção dos valores sociais. Da mesma forma, a sociedade do espetáculo, traduzida nas palavras de Debord (2000), deixa as

linhas entre o real e o midiático cada vez mais tênues, naturalizando a presença dos adventos da tecnologia na vida das crianças. O avanço de algoritmos de monitoramento digital também contribui, cada vez mais, para modular comportamentos, desejos e condutas dos indivíduos (Faltay Filho, 2019). À medida em que a cultura do consumo passa a moldar o campo social, a criança se torna um consumidor em potencial a partir das representações advindas da mídia.

Nessa direção, Peruzzo (2004) afirma que a internet traz a possibilidade de pessoas, organizações e movimentos sociais tornarem-se emissores de conteúdo de maneira ilimitada e sem controle. Com isso, há o enfraquecimento do *gatekeeper* (Leal, 2007), ou seja, de um filtro profissional entre a informação e o público que na maioria das vezes era feito por jornalistas. Todos são consumidores de conteúdo, mas agora, todos também podem ser produtores de conteúdo, e esse conteúdo é transmitido de maneira direta para o público, sem um critério do que deve ser noticiado, divulgado ou compartilhado.

Somado a essa nova forma de compartilhamento de informações, o fenômeno da cultura de convergência (Jenkins, 2008), que encadeia diversos fenômenos midiáticos com o objetivo de levar a informação ao usuário o mais rápido possível, aliado à ideia de consumo de conteúdo e as pessoas, em especial as crianças, tornam-se os objetos ideais para ser transformados em futuros consumidores de serviços e bens.

É neste contexto que explode o uso das mídias sociais. Segundo Lampe et al (2011), o termo “mídias sociais” inclui uma variedade de ferramentas e serviços que viabilizam interação direta dos usuários em ambientes mediados por computador. Na contemporaneidade, o acesso ao computador se encontra muito mais próximo do sujeito, na forma do celular ou tablet.

Eisenstein e Silva (2015) afirmam que as mídias sociais podem influenciar tanto estereótipos de comportamento quanto o desenvolvimento de hábitos e práticas de crianças e adolescentes. Não é à toa que, hoje em dia, já existem estratégias de publicidade digital voltadas diretamente para atingir o público infanto-juvenil (Craveiro, 2016). Além disso, está em crescimento um novo segmento dentro do meio digital, que é o de produção de conteúdo feita para crianças, por crianças.

As redes sociais existem em todo lugar e podem ser formadas por pessoas ou organizações que tem objetivos em comum (Cirivelli & Paiva, 2011). As mídias sociais representam, portanto, o meio através do qual as redes sociais irão se comunicar, compartilhar e produzir conteúdo.

As tecnologias vem sendo cada vez mais inseridas no dia a dia da sociedade contemporânea, trazendo possibilidades que a uma década atrás seria algo inimaginável e com isso impactos cada vez mais presentes. Os efeitos das tecnologias cada vez mais avançadas mensuram-se de acordo como as pessoas se utilizam dela, sofrendo influências do meio que estão inseridas. De acordo com Lima (2013) às inovações tecnológicas abrem precedentes para possibilidades antes nunca pensadas, mas ao mesmo tempo causam sensações de desamparo, de forma bastante rápida, para muitas pessoas que delas a utilizam. O avanço das tecnologias da informação criou um sistema de redes de alcance mundial que fornece a possibilidade de interferência instantânea em diversos acontecimentos que ocorrem ao redor do mundo.

Um levantamento feito em 2015 pela TIC Online Kids Brasil já apontava que 63% de crianças entre 9 e 10 anos e 79% das crianças entre 11 e 12 anos reportavam possuir perfis em redes sociais. Estes dados representam um número alto, quando se considera que redes sociais como Facebook estabelecem 13 anos como a idade mínima necessária para criar um perfil.

Através de plataformas como o YouTube, por exemplo, crianças e adolescentes podem criar canais através dos quais se tornam produtores de vídeos, com temas que vão de *unboxing* (abrir e mostrar produtos diversos), desafios, brincadeiras ou até mesmo *branded content* (conteúdo patrocinado ou pago por uma loja ou marca específica). Com isso, constitui-se a chamada infância midiática (Buckingham, 2002), onde a experiência da infância contemporânea é cercada por elementos midiáticos que tem o poder de influenciar a opinião, comportamento e pensamento das crianças.

Partindo do exposto, esse estudo objetivou investigar a as percepções de crianças em idade escolar e dos seus pais sobre o uso de redes sociais e a influencia na família.

Método

Delineamento

Trata-se de um estudo qualitativo e exploratório, que tem como interesse trabalhar no universo dos significados, motivos e aspirações (Minayo, 2002), debruçando-se sobre uma área de conhecimento em expansão e movimento.

Participantes

Participaram da pesquisa vinte pessoas, sendo dez crianças e dez adultos responsáveis. Entre os adultos, foram entrevistadas nove mães e um pai, cujas idades variaram de 27 até 47 anos, com idade média de 37,1 anos. Entre as crianças, foram entrevistadas seis meninas e quatro meninos, com faixa etária de 8 a 12 anos, e média de 10 anos de idade. Os critérios de inclusão consistiram em: crianças com idades entre 7 a 12 em atendimento no ambulatório de Psicologia de um hospital que atende exclusivamente ao sistema único de saúde e seus pais ou responsáveis que estivessem acompanhando no dia da coleta. Todos os participantes foram acessados apenas no dia da coleta, não havendo nenhum contato prévio.

Instrumentos

Por se tratar de um estudo qualitativo, como instrumento de coleta de dados, os pesquisadores elaboraram um questionário sobre dados sociodemográficos das crianças e dos responsáveis e uma entrevista semiestruturada com perguntas norteadoras como guia para abordar as informações. As perguntas norteadoras buscaram a possibilidade de uma abrangência dos temas, mas sem limitar completamente as respostas. As mesmas perguntas serviram de base para entrevistar as crianças e seus pais, de modo individual e separadamente. A ordem das entrevistas ficou a critério dos participantes, e não alterou o resultado da coleta de informações. As entrevistas basearam-se nos temas: uso de redes sociais, propósito de uso, tempo de uso, objetivo do uso, relação com as redes sociais dentro do meio familiar, importância subjetiva dada às redes sociais.

Procedimentos para coleta de dados

Foram consideradas todas as prerrogativas éticas da resolução 510/16 e a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos do Instituto de Medicina Integral Prof. Fernando Figueira (CEP-IMIP). Após a aprovação, a busca pelos participantes e coleta de dados se deu em campo, de maneira espontânea. Com os pais e crianças que aceitaram participar da pesquisa e que se encaixaram nos critérios de inclusão, foram explicados o objetivo e procedimentos de coleta de dados da pesquisa, bem como riscos e benefícios de participação. Ademais, todos os participantes foram convidados a assinar o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) no caso das crianças, e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) no caso dos responsáveis, autorizando sua participação no estudo. Os responsáveis responderam inicialmente ao questionário sociodemográfico da família e posteriormente à entrevista semiestruturada, que contemplou as mesmas perguntas norteadoras tanto para os responsáveis quanto para as crianças. Cada participante foi entrevistado de maneira individual

sem a presença do outro na sala reservada para a coleta de dados, garantindo o sigilo das informações. Com duração média de 25 minutos, as entrevistas foram gravadas em áudio e posteriormente foram transcritas para esclarecimento do conteúdo e, a partir de sua análise, foram estabelecidas as categorias temáticas que serão apresentadas ao longo da análise dos dados.

Análise de dados

Utilizou-se como estratégia a análise de conteúdos proposta por Minayo (2002), que é composta por três fases distintas: pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados obtidos e interpretação. Na fase de pré-análise, foi realizada uma leitura e organização do material a ser analisado, de modo a se apropriar do seu conteúdo e dar início à criação de categorias temáticas. Na fase de exploração do material, o conteúdo foi codificado e trechos são selecionados e encaixados nas respectivas categorias. Na última fase, o material foi trabalhado de forma mais qualitativa, sendo interpretado e devendo-se desvendar o conteúdo subjacente ao que está sendo manifesto (Minayo, 2002).

Nesta pesquisa, as entrevistas transcritas foram lidas e analisadas pelos pesquisadores, buscando observar a maneira como cada participante discorreu sobre os tópicos principais, relacionados a redes sociais, e também como, por vezes, as entrevistas dos pais acabavam por complementar as entrevistas das crianças e vice-versa. A partir disto, foram estabelecidas as categorias temáticas para análise mais detalhada do conteúdo.

Análise e discussão dos resultados

Participaram da pesquisa vinte pessoas, sendo dez crianças seus respectivos pais ou responsáveis. Entre as crianças, foram entrevistadas seis meninas e quatro meninos, com faixa etária de 8 a 12 anos, tendo uma média de 10 anos de idade. A maioria das crianças entrevistadas afirmou que possui ou já possuiu celular próprio, e somente uma criança afirmou nunca ter tido

celular próprio nem ter outro meio digital para acesso às redes sociais, utilizando o celular da mãe.

Entre os adultos, foram entrevistadas nove mães e um pai, cujas idades variaram de 27 até 47 anos, tendo uma idade média de 37,1 anos. Três responsáveis eram divorciados, o restante afirmou ser casado ou viver em união estável. Apesar de dois dentre os dez responsáveis entrevistados afirmarem estar desempregados, estes também referiram possuir renda fixa, que chegou a pouco mais que dois salários mínimos. O quadro 1 apresenta as características sociodemográficas dos participantes.

A partir da análise das entrevistas emergiram quatro categorias temáticas principais: 1) o tempo geral de uso das mídias sociais; 2) motivos de uso das mídias sociais nos dias atuais; 3) o acompanhamento das mídias sociais por parte dos responsáveis; e 4) as representações sociais acerca das redes.

A primeira categoria, **tempo geral de uso**, diz respeito à quantidade de horas por dia que os participantes afirmaram passar acessando redes sociais, bem como a percepção dos responsáveis acerca do tempo adequado de uso por parte das crianças.

Entre todos os, a quantidade de tempo geral de uso percebido e relatado pelos pais e pelas crianças foi elevada. A descrição principal foi a de um uso das mídias sociais durante intervalos de tempo pequenos ao longo do dia, totalizando algumas horas de consumo. Como pode ser observado nas falas a seguir:

“Eu devo acessar, sei lá, umas 50 vezes (...) Abro, olho e fecho. Não fico na tela sabe, olho as informações e fecho, então dá em torno de um minuto, eu acho, a cada abertura, então eu acho que daria uma hora, uma hora e meia no dia”. [Pai 7, 47 anos].

Este modo de acesso parcelado, porém constante, foi relatado com frequência ao longo do estudo, e pode contribuir para transmitir ao usuário a sensação de estar passando menos tempo na

internet. Einstein e Silva (2015) enfatizam que comportamentos como o uso excessivo, a não percepção da passagem do tempo, a tolerância e a necessidade de mais horas de uso, como mecanismo de recompensa são alguns dos sintomas que caracterizam algum grau de dependência tecnológica.

Embora não tenha sido possível identificar um quadro de dependência tecnológica apenas através das entrevistas realizadas, houve relatos de queixas dessa gestão de tempo pelos próprios pais. A Mãe 4 percebeu isto como um problema na sua rotina e relatou a percepção de que seu uso do equipamento “está exagerado, porque (...) para vir pra aqui [sic] hoje, eu tinha que acordar 3h da manhã, então teria que dormir mais cedo, e eu fui dormir duas horas da manhã, mexendo no telefone”.

A ‘fixação’ no conteúdo digital chega inclusive a causar acidentes; em dois relatos distintos, participantes afirmaram que já esqueceram algo no fogão, deixando a comida queimar por estarem distraídas com o celular. Uma das situações foi percebida pela própria mãe: “Já deixei a comida queimar. Eu tava [sic] lá entretida, vendo um vídeo de como fazer técnica de cabelo, quando fui ver, o feijão queimou” [mãe 10, 27 anos].

Em outra ocasião, a criança relatou que a distração foi percebida por outras pessoas da casa, e foi necessário agir antes que algo acontecesse. “Um dia minha esqueceu uma panela no fogo, mexendo no celular, se minha irmã não tivesse visto, tinha explodido o negócio” [criança 5, 8 anos].

Segundo pesquisa realizada pela Hoopsuite em parceria com a We are Social (2019), cada pessoa no mundo passa, em média, seis horas e quarenta e dois minutos conectada à internet por dia. No caso do Brasil, o número é ainda maior, em média nove horas e vinte e nove minutos por

dia.

É notável através das falas que a facilidade do acesso às redes sociais através do celular pode ocasionar um uso ainda maior, e mecanismos como a barra de rolagem infinita permitem que o tempo gasto na rede não seja notado com tanta facilidade. Como relatado pela Mãe 4, 35 anos, “Para tudo eu tô [sic] mexendo. Antes de dormir, eu passo um tempão. Então eu acho que umas (...) quatro, cinco horas por dia. Porque quando eu paro um pouquinho, aí eu tô [sic] com o telefone na mão”.

Outras pessoas relataram ainda um acesso constante, sem conseguir identificar um horário específico de uso, ou tempo médio, como foi o caso da Mãe 10, 27 anos: “na verdade eu acesso o dia todo, (...) da hora que eu acordo até a hora de ir dormir (risos)”.

Do ponto de vista dos responsáveis, o tempo de acesso permitido às crianças é mais rígido, com a imposição de horários específicos para utilizar redes sociais. Dentre as dez crianças entrevistadas, sete delas possuem um aparelho celular próprio, e seis também tem acesso a outro meio tecnológico de uso das redes sociais, como tablet ou computador (Quadro 1).

Todos os pais expressaram preocupação com a quantidade de tempo que seu filho poderia passar online, e a principal ferramenta de controle foi limitar o acesso ao celular, que é o meio mais utilizado por todos os participantes para acessar redes sociais, seguido pelo tablet. Como relatado a seguir:

“Quando eu tô [sic] com o tablet, que minha mãe diz, ‘bora comer’, aí eu solto o tablet bem rápido e vou. (...) Quando eu acabo eu vou dormir, mas tem vezes que eu assisto um pouquinho, mas só se ela deixar.” [Criança 1, 10 anos].

Apesar de sete entre as dez crianças entrevistadas afirmarem ter um celular próprio, o seu acesso ainda é controlado pelos pais, e todas as crianças relataram que os pais não as deixam levar o

celular ou tablet para a escola. Segundo a Criança 6, 12 anos, “a minha mãe deixa eu mexer [no celular], mas a minha irmã não. Aí quando eu termino de fazer os serviços dentro de casa ela me dá o celular pra eu mexer”.

Um levantamento realizado pela TIC KIDS Online Brasil (2015) apontou que, entre usuários de internet de 9 a 17 anos, 84% acessavam todos os dias, e a mesma porcentagem utilizava o celular como meio principal de acesso. Através das entrevistas, foi nítido o esforço dos pais para controlar o tempo de acesso das crianças. A Criança 9, 8 anos, afirmou que: “Eu assisto [vídeos no celular] um pouquinho e vou estudar pras minhas provas, vou fazer tarefa da escola. (...) Depois ela [mãe] diz ‘olhe, já tá na hora de guardar o celular’” [Criança 9, 8 anos].

A segunda categoria, **motivos de uso das mídias sociais nos dias atuais**, contempla a descrição das principais finalidades de uso percebidas pelos participantes para o uso das mídias sociais, delineando quais as redes mais utilizadas tanto pelos responsáveis quanto pelas crianças.

Dentre os meios de comunicação contemporâneos, a internet, em especial as mídias sociais, representa uma nova modalidade de comunicação e interação; as mídias sociais parecem representar o conceito da cultura de convergência definida por Jenkins (2008), combinando vídeo, áudio e imagem em uma única plataforma, representando consumo imediato com a possibilidade de interação direta.

Ao longo da pesquisa, a maioria dos responsáveis afirmou usar as redes sociais para uso pessoal e profissional. Os relatos dos responsáveis apontam as redes sociais como um importante canal de comunicação com o cliente.

Muitos dos entrevistados trabalham de maneira autônoma e plataformas como o Instagram e WhatsApp foram informadas como sendo as mais utilizadas pelos adultos, servindo como ferramentas de trabalho, como observado no relatos a seguir.

“No Instagram eu posto publicações da lanchonete, fotos do açaí, do sorvete, essas coisas, e no WhatsApp também. (...) Ajuda a divulgar o meu trabalho”. [Mãe 9, 36 anos].

“[uso mais o] Whatsapp pra agendar horário, (...) mas eu uso muito Instagram também, posto foto dos cabelos. (...) Tenho um perfil próprio e um do trabalho.” [Mãe 4, 35 anos].

“Tenho meus serviços, então vai [sic] aparecendo mais clientes, aí eu converso [pelo WhatsApp] pra pegar mais confiança, agendar horário, e por aí vai.” [Mãe 10, 27 anos].

A divulgação de atividades profissionais através das redes sociais é algo que vem ganhando destaque nos últimos anos. Cada vez mais, o mundo virtual não apenas repercute no mundo real, mas também o influencia e molda. Essa influência que a internet trouxe ao mundo do consumo afeta diretamente a forma como as pessoas compram e vendem produtos e serviços (Hunt e Callari, 2010).

As novas possibilidades de interação acabaram por permear todas as instâncias da sociedade, inclusive a profissional, e hoje em dia as redes sociais representam uma plataforma para as empresas se aproximarem de seus clientes (Alméri, Mendes & Luglio, 2013), tanto através de propagandas quanto através da criação de canais diretos de comunicação. Além disso, o “imediatismo” da comunicação virtual permite que os funcionários interajam mesmo quando distantes, como explicado: “Eu trabalho com merchandising de uma empresa, tem várias pessoas que trabalham comigo, então a gente tem que estar sempre se comunicando (...) para saber de informações de data, de estoque, se tem mercadoria ou se não tem.” [Pai 7, 47 anos].

Em contrapartida, a rede social mais utilizada pelas crianças entrevistadas foi o YouTube, tanto para lazer quanto para estudo. Por ser uma plataforma onde tanto conteúdos originais podem ser publicados, quanto conteúdos já existentes são replicados (como filmes e desenhos animados) de forma gratuita, ela se tornou popular entre o público infantil. Como afirmou

Criança 6, 12 anos: “Não tenho WhatsApp, mas entro no YouTube para assistir filmes de terror, de lobisomem, de cães assassinos, Masha e o Urso, e também assisto Barbie, um bocado de desenhos.” Esta fala explicita bem a variedade de conteúdos que podem ser encontrados dentro de uma mesma rede social.

Além de ser utilizada para diversão, o YouTube foi apontado pelas crianças como uma ferramenta de pesquisa e estudo. Vídeos estão sendo utilizados cada vez mais como método complementar de aprendizado nas escolas. Oliveira (2016) afirma que as Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs) possuem características como o dinamismo, interatividade, multimídia e hipermídia, o que traz seu potencial de uso de forma a mediar o conteúdo pedagógico. Como pode ser observado na fala da Criança 3:

“[Uso o] YouTube (...) pra assistir canal de conhecimento, assim, pra estudar. (...) Eu fico uma hora e meia estudando as vezes no Youtube, aí depois vou estudar normal, assim, lendo um texto, porque eu sou um pouquinho ruim em pontuação.”. Criança 3, 8 anos.

Os diversos assuntos são o que atraem as crianças para o YouTube enquanto plataforma. A criança 4, de 11 anos, trouxe que, através do YouTube, “eu fico vendo um monte de vídeo sobre (...) história que aconteceu [sic], sobre coisas que eu não sabia”. Da mesma forma, a plataforma pode ser utilizada para ampliar o conhecimento sobre assuntos importantes que não são tocados pela mídia comum ou de fácil acesso na escola. A criança 8, 11 anos, é portadora de Transtorno do Espectro Autista, e afirmou: “Eu estudo no YouTube sobre o autismo, eu leio sobre [como vai ser] o 5º ano [da escola]”. Junges e Gatti (2019) reforçam que o YouTube não foi criado, inicialmente, com o intuito de educar, mas os usuários aproveitaram do seu potencial e de seus recursos para tal objetivo.

A terceira categoria, **acompanhamento das mídias sociais**, diz respeito as estratégias utilizadas pelos responsáveis para monitorar o acesso das crianças às mídias sociais, bem como suas percepções acerca da importância de tal acompanhamento.

Da mesma forma que as crianças encontram-se inseridas em uma sociedade tecnológica, permeada de cultura digital a todo instante, o acesso direto a este meio ainda é mediado pelos pais e responsáveis. Nesse sentido, é importante analisar a percepção que tais responsáveis possuem acerca do grau de acompanhamento e monitoramento do conteúdo consumido pelas crianças.

A mediação ou monitoramento parental pode ser definida como a gestão parental presente na relação entre a criança e as mídias (Maidel e Vieira, 2015). No Brasil, levantamento realizado pelo TIC KIDS Online apontou que as práticas mais comuns de monitoramento são aquelas em que os pais conversam com seus filhos sobre o que eles estão fazendo na internet, buscando prevenir riscos *on-line*, dentro de um formato classificado como mediação ativa (2016).

“As notas [dela] caíram na escola, não estava estudando, as notas dela deram uma baixa, aí eu dei uma travada no telefone. Mas eu não peguei o telefone dela, só conversei ‘olha, tá vendo suas notas, foi o telefone, se não continuar estudando...’ e eu via que era o dia todo. Chegava da escola, ao invés de estudar, passava a tarde toda no telefone (...). Ela se recuperou agora, eu disse ‘tá vendo que era o telefone’.” [Pai 7, 47 anos]

O monitoramento ativo também foi utilizado pela Mãe 2, que demonstrou preocupação em relação às possíveis interações que sua filha teria utilizando as mídias sociais: “(...) Eu vejo [o que ela assiste], é só criança. Eu observo, eu tenho medo. Porque muita gente se passa por criança sendo adulto, mas no caso, os canais que ela usa é mais negócio infantil mesmo.” [Mãe 2, 45 anos]

Outro formato de monitoramento observado foi a chamada mediação restritiva, que determina o estabelecimento de regras de uso das mídias, controlando tempo, conteúdo e local de acesso. Este foi adotado pela Mãe 5, 40 anos, que afirmou:

“Eu tenho um controlezinho [sic] a mais porque “Criança 5” é virada na internet, mexe em tudo, sai cutucando as coisas e ela tem um vício de tá [sic] vendo filme de terror, aí eu controlo mais ela com isso aí para não deixar ela muito a vontade”. [Mãe 5, 40 anos]

Há ainda a mediação técnica no uso da Internet, que pode ser definida como o uso de programas ou controles parentais para monitorar, restringir ou bloquear o uso da internet pela criança. Esta modalidade foi aplicada pela Mãe 1:

“Minha filha fez [sic] um aplicativo onde tudo que ele [Criança 1] usa pelo tablet eu recebo mensagem no meu celular, automaticamente o que ele tá assistindo vem mensagem pro meu celular. Se for alguma coisa que ele não possa assistir, eu bloqueio no tablet dele. (...) E a minha filha quando assiste esses filmes pelo celular, eu tô [sic] controlando melhor através do celular, porque tem aquela página que, depois que você assiste fica salvo o que a pessoa tá vendo.” [Mãe 1, 37 anos]

Conforme mostrado por Cabello, Claro e Cabello-Hut (2015), para compreender a percepção das crianças acerca da mediação parental, é preciso levar em conta se os pais são considerados como agentes mediadores do acesso. Ao longo das entrevistas, todas as crianças afirmaram saber da preocupação e monitoramento que os pais tem.

Segundo as crianças entrevistadas, a preocupação dos pais varia do tempo de acesso, ao conteúdo do material consumido. Como afirmou a criança 3, 8 anos: “Porque tem um cara lá (...) que no jogo ele fica falando muito palavrão. Aí mainha faz ‘não fique assistindo muito não’”. Outra criança trouxe uma preocupação mais intensa por parte da mãe em relação ao seu acesso à internet: “Tem vezes que quando eu tô [sic] almoçando, ela fica com raiva, pega o tablet e

guarda. eu tento pegar o tablet da mão dela e sair correndo, só que ela bota [sic] lá em cima do armário”. [Criança 4, 11 anos]

Em quase todos os casos, as crianças afirmaram obedecer as ordens de restrição e controle de uso, inclusive citando instruções específicas, como no caso da criança 6, 12 anos, que afirmou que sua mãe “não deixa eu mexer no celular dela, disse que não é pra eu mexer no WhatsApp dela nem no Face [sic], então eu só mexo no WhatsApp quando é pra falar com a minha vó”.

A quarta e última categoria, **representações sociais acerca das redes**, contempla a percepção dos participantes acerca do que são as redes sociais, bem como a influência e repercussões do seu uso.

Moscovici (2003) afirma que as representações sociais de algo estão diretamente ligadas aos processos de comunicação e informação. Tais representações são formadas, mantidas e mudadas dentro e através da linguagem e da comunicação, ao mesmo tempo que o uso de palavras e sentidos também transforma as representações sociais (Marková, 2017). Desta forma, as representações sociais acerca das redes são constituídas tanto dentro do ambiente virtual quanto fora, na interação entre pessoas e entre pessoas e redes.

A partir desta teoria, é possível refletir sobre a influência das redes sociais na sociedade como um todo, tendo em vista seu papel como criador e amplificador de representações sociais. Essa influência vai além do campo virtual, passando a permear a subjetividade coletiva da sociedade.

Isto pôde ser percebido ao longo das entrevistas, através de relatos como da Mãe 3, 33 anos, que caracteriza mídias sociais como “a comunicação, a informação. (...) A rede social foi bom [sic] pra gente, mas também tem seu lado ruim, que é essas questões da *fake news*. Eu acho bom ter rede social, só que você tem que saber usar”.

Outra mãe também percebe a influência que o uso de redes sociais na sua vida como algo negativo, que trouxe isolamento dentro da própria família, afirmando que:

“Eu só acho que a gente também ficou muito distante dentro de casa, fica cada um no seu [celular], então às vezes eu tô na cozinha, ela tá no quarto, meu marido tá na sala, e ficam, a gente só se vê quando vai comer (risos).” Mãe 10, 27 anos.

Em alguns casos, os pais relataram o nível de intimidade e interação que seus filhos possuem com a internet e as redes sociais, como foi o caso da Mãe 8, 45 anos: “Tudo que interessa, ele vai lá pesquisar. E ele fez, ‘mamãe, vou perguntar pra mulher do Google [sic]. Você não sabe nada, mamãe, vou perguntar à mulher do Google que ela sabe de tudo’”. Essa fala parece colocar a ferramenta de busca Google como figura de autoridade e saber dentro da casa, chegando a destituir a função parental.

Estas falas trazem não somente um senso de percepção crítica acerca das redes sociais por parte dos pais e responsáveis, como também implicam a criação de um novo conjunto de significados culturais que está sendo desenvolvido sem que ocorra necessariamente a transmissão valorativa dos pais para seus filhos.

Como relatado anteriormente, a família representa a mediação entre a criança e o mundo, e é responsável por replicar conteúdos que, muitas vezes, irão constituir a cultura do indivíduo (Laraia, 1986).

Segundo a Mãe 1, 37 anos, as redes sociais não substituem o conhecimento passado diretamente através da mediação parental:

“Ele chegou pra mim ontem, [perguntou] ‘mainha, como é que faz um bebê? Por que se a senhora não puder me explicar eu vou no YouTube e pesquiso’. Aí eu expliquei do começo, até ele dizer ‘não, mainha, quero ser pai mais não’ (risos). Então é melhor que eu

explique a ele do que ele entrar num aplicativo e pesquisar, eu prefiro sentar com ele, conversar” Mãe 1, 37 anos.

Soares et al (2020) propõem que a partir dos seis anos de idade, a criança passa a ser exposta a novas influências sociais, hábitos e habilidades que, muitas vezes, se sobrepõem as práticas familiares, sendo importante compreender como eles internalizam os padrões aos quais são expostos.

Ao longo das entrevistas, foi possível perceber que as crianças possuem interesses diferentes dos seus pais em relação a redes sociais. Oliveira (2018) destaca que a criança assume um novo papel na sociedade de consumo, imersa em um contexto tecnológico, e é entendida como um sujeito que ganhou vez e voz. Como trouxe a Criança 9, 8 anos:

“Eu não gosto [do Facebook ou Instagram], é muito chato! O Instagram ele [sic] só mostra vídeos de pessoas fazendo coisas, aí por isso que eu não gosto, e eu gosto de assistir desenho.” [Criança 9, 8 anos].

Duas crianças entrevistadas possuem canais no YouTube, e expressaram o desejo de produzir vídeos, criar conteúdos similares aos que assistem na rede social. Segundo Oliveira (2019), com o YouTube, é possível a criança criar seu próprio conteúdo, enunciando assim o seu modo de ver o mundo e a si mesma, sem necessariamente precisar da mediação de um adulto.

Uma das crianças levantou possibilidades, mas também seus empecilhos:

“Eu ainda tô [sic] pensando no que eu vou fazer, eu queria fazer vídeo de brinquedo, mas eu não tenho nenhum brinquedo direito. Já pensei em fazer [vídeos de comida], mas não dá, porque a pessoa gasta muita coisa de comida” [Criança 4, 11 anos].

Além disso, um ponto que merece destaque envolve por exemplo os riscos a saúde mental das crianças, como por exemplo em situações de bullying que podem ocorrer em determinados

contextos. Ou mesmo com o uso em demasia como estratégia para suprir a ausência ou o pouco contato com os pais.

“Eu descobri que Facebook que é o mais perigoso que tem. Tem confusão, (...) ficar brigando, brigando, brigando [sic], por exemplo, minha tia, teve uma confusão, é um exemplo só, ficou chamando de apelido, apelido, apelido [sic], cheia de confusão”.

[Criança 8, 11 anos].

“Como eu não tenho irmão, fico sozinha, minha mãe trabalha, meu padrasto trabalha e minha vó tá trabalhando, (...) é meio difícil de eu brincar com outras pessoas, a única coisa que eu tenho é o celular”. [Criança 10, 10 anos].

Conclusão

Este estudo investigou a relação de crianças em idade escolar e dos seus pais com o uso de redes sociais e sua influência. Embora demonstrassem preocupação e a utilização de estratégias para monitoramento para o uso de redes e conteúdos, e o tempo gasto da internet e redes sociais pelas crianças, os pais em sua maioria não conseguiam aplicar estratégias de adequação ao uso diário e percebiam prejuízos que iam desde diminuição de horas de sono, até possíveis riscos de acidentes em casa pela dispersão causada pelas redes.

As narrativas das crianças chamam a atenção pela forma como estão apropriadas dos termos e funções das plataformas, discriminando alternativas para uso para lazer e para educação. Foi percebida também uma percepção, por parte das crianças, das redes sociais e da internet em geral como um lugar detentor do saber, passível de destituir o conhecimento e autoridade, inclusive, dos pais. Com a crescente expansão e domínio da tecnologia sobre a sociedade, faz-se necessário um olhar cuidadoso para o papel que as redes sociais passam a representar dentro do campo familiar, e como está modificando as relações e comportamentos dos sujeitos dentro de um mesmo ambiente. Por fim, ressaltamos alguns pontos de vulnerabilidade observados que

podem interferir na saúde mental das crianças e nas relações familiares, como o distanciamento do contato e da diminuição do diálogo entre pais e crianças, no qual embora a rede social seja utilizada como medida substitutiva momentânea, dificultando o papel ativo da família na construção social e dos valores das crianças.

Referências

Alméri, T. M., De Carvalho Mendes, A., Martins, L. F., & Luglio, R. G. (2013). A influência das redes sociais nas organizações. *Revista de Administração do UNIFATEA*, 7(7). Disponível em:

<http://unifatea.com.br/seer3/index.php/RAF/article/view/691/750>

Almeida, A, M. et al. (2019). *Teoria das Representações Sociais: 50 anos* (2.ed). Brasília: Technopolitick. Disponível em:

<http://www.technopolitik.com.br/downloads/files/TRS50anos2aEdRevDez19r.pdf>

Ariès, P. (1960). *História Social da Criança e da Família*. Tradução: D. Flaskman. Rio de Janeiro: LCT.

Buckingham, D. (2012). Repensando a criança-consumidora: novas práticas, novos paradigmas. *In: Comunicação, Mídia, Consumo*, v. 9, n. 25, p. 41-72. Disponível em:

<http://dx.doi.org/10.18568/cmc.v9i25.311>

Cabello, P., Claro, M., Cabello-Hut, T. (2015). Mediação parental no uso de TIC segundo a percepção de crianças e adolescentes brasileiros: reflexões com base na pesquisa TIC KIDS ONLINE 2014. *TIC KIDS ONLINE BRASIL 2015*. p. 31-46. Disponível em:

https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_Kids_2015_LIVRO_ELETRONICO.pdf

Campos, C. C. G., Souza, S. J. (2003). Mídia, cultura do consumo e constituição da subjetividade na infância. *Psicologia: ciência e profissão*, v. 23, n. 1, p. 12-21. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v23n1/v23n1a03.pdf>.

Cirivelli, J. P., Paiva, V. H. C. (2011). Redes e mídias sociais na internet: realidades e perspectivas de um mundo conectado. *Mediação*, Belo Horizonte, v.13, n. 12, p. 57-74.

Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/277051949_REDES_E_MIDIAS_SOCIAIS_NA_INTERNET_REALIDADES_E_PERSPECTIVAS_DE_UM_MUNDO_CONECTADO

Craveiro, P. S. U. (2016). Publicidade e infância: estratégias persuasivas direcionadas para crianças na internet. *Culturas Midiáticas*, ano IX, n.16. Disponível em:

<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/cm>

Debord, Guy. (2000). *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto.

Eisenstein, E., Silva, E. J. C. (2016). Crianças, adolescentes e o uso intensivo das tecnologias de informação e comunicação: desafios para a saúde. *TIC KIDS ONLINE BRASIL 2015*. São Paulo:

Comitê Gestor da Internet no Brasil, p. 117. Disponível em:

https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_Kids_2015_LIVRO_ELETRONICO.pdf

Faltay Filho, Paulo. (2019). Sujeitos algorítmicos, subjetividades paranoicas: capitalismo de dados, influência, (in)dividualidades. *ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS*, Pontifícia

Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, v. 11. Disponível em:

[http://medialabufjrj.net/wp-](http://medialabufjrj.net/wp-content/uploads/2019/06/trabalhos_arquivo_1MKDTKBNPAOJUJIR60I1_28_7880_22_02_2019_13_42_16.pdf)

[content/uploads/2019/06/trabalhos_arquivo_1MKDTKBNPAOJUJIR60I1_28_7880_22_02_2019_13_42_16.pdf](http://medialabufjrj.net/wp-content/uploads/2019/06/trabalhos_arquivo_1MKDTKBNPAOJUJIR60I1_28_7880_22_02_2019_13_42_16.pdf)

Hunt, T., & Callari, A. (2010). *O poder das redes sociais*. Editora Gente Liv e Edit Ltd.

Jenkins, H. (2008). *Cultura de Convergência*. São Paulo: Aleph.

Junges, D. D. L. V., & Gatti, A. (2019). Estado da arte sobre o Youtube na educação. *Revista Informação em Cultura*, 1(2), 113-131. Disponível em: [https://doi.org/10.21708/issn2674-](https://doi.org/10.21708/issn2674-6549.v1i2a8564.2019)

[6549.v1i2a8564.2019](https://doi.org/10.21708/issn2674-6549.v1i2a8564.2019)

Kemp, S. (2019). *The Next Web. Digital trends 2019: Every single stat you need to know about the internet*. Disponível em: <https://thenextweb.com/contributors/2019/01/30/digital-trends-2019-every-single-stat-you-need-to-know-about-the-internet/>

La Taille, Y., Oliveira, M. K., Dantas, H. (2019). Piaget, Vigotski, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. *Summus Editorial*.

Lampe, C. et al. (2011). Inherent Barriers to the Use of Social Media for Public Policy Informatics. *The Innovation Journal: The Public Sector Innovation Journal*, 16(1). Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/4ca2/cf361defcb212821f929670edff7cdc3cc57.pdf>

Laraia, R. B. (1986). *Cultura: um conceito antropológico*. 25.ed. Rio de Janeiro: Zahar.

Leal, A. R. B. R. (2007). Open source journalism e cidadania: Centro de Mídia Independente Brasil. *Intercom-Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 30(1), 107. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/rbcc.v30i1.283>

Lima, A. (2013). Tecnologias de informação, cotidianos e psicologia social: Considerações teórico-metodológicas. *Psicologia & Sociedade*. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822013000100003&script=sci_abstract&tlng=pt

Maidel, S., & Vieira, M. L. (2015). Mediação parental do uso da internet pelas crianças. *Psicologia em revista*, 21(2), 293-313. Disponível em: <https://doi.org/10.5752/P.1678-9523.2015V21N2P292>

Marková, Ivana. (2017). A Fabricação da Teoria das Representações Sociais. *Cadernos de Pesquisa*, 47(163). Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cp/v47n163/1980-5314-cp-47-163-00358.pdf>

Minayo, M. C. (2002). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Editora Vozes.

Moscovici, S. (2003). O fenômeno das representações sociais. *Representações sociais: investigações em psicologia social*, 6. Disponível em:

<https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v19n55/a14v1955.pdf>

Núcleo, D. I. E. C. D., & Ponto, B. (2016). Pesquisa Sobre o Uso da Internet por Crianças e Adolescentes no Brasil – TIC Kids Online Brasil 2015. *São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil*. Disponível em:

https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_Kids_2015_LIVRO_ELETRONICO.pdf

Oliveira, P. P. M. (2016). O YouTube como ferramenta pedagógica. *SIED: EnPED-Simpósio Internacional de Educação a Distância e Encontro de Pesquisadores em Educação a Distância*. Disponível em: <http://www.sied-enped2016.ead.ufscar.br/ojs/index.php/2016/article/view/1063>

Oliveira, J. D. S. (2018). *Comunicação, consumo e infância na era das mídias on-line: uma análise sobre a publicidade infantil nos vídeos da Youtuber mirim Julia Silva*. Disponível em: <http://tede.metodista.br/jspui/bitstream/tede/1765/2/Jonatas%20Oliveira.pdf>

Oliveira, R. A. C. (2019). *Lugar de criança é no Youtube? Práticas discursivas dos novos formatos da publicidade infantil no Canal de Julia Silva*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Fortaleza (CE). Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/43705/3/2019_dis_racoliveira.pdf

Peruzzo, C. (2004). Webjornalismo: do hipertexto e da interatividade ao cidadão jornalista. *Jornalismo de Referência*. Disponível em: <https://doi.org/10.4013/7327>

Soares, A. K. S., Cavalcanti, T. M., de Assis Freire, S. E., Rezende, A. T., Ribeiro, M. G. C., & Gouveia, V. V. (2020). “Faça o que eu digo, não o que eu faço?” Um Estudo sobre a Transmissão Valorativa entre Pais e Filhos. *Revista Colombiana de Psicología*, 29(1), 29-44. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/340003852_Faca_o_que_eu_digo_nao_o_que_eu_faco

[Um Estudo sobre a Transmissao Valorativa entre Pais e Filhos Do What I Say Not Wh at I Do A Study of Value Transmission between FathersMothers and Children](#)

Torre, E., Amarante, P. (2001). Protagonismo e subjetividade: a construção coletiva no campo da saúde mental. *Ciênc. saúde coletiva*. 6(1). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232001000100006>

Vasconcelos, L. M. V., Caetano, V. N. (2014). *Diálogo entre representação social e identidade: considerações iniciais*. Simpósio Educação e Sociedade Contemporânea: desafios e propostas. A Escola e seus sentidos. IX. Disponível em: http://www.cap.uerj.br/site/images/trabalhos_espacos_de_dialogos/13-Vasconcellos_e_Caetano.pdf

Tabela 1: Características sociodemográficas das crianças do ensino fundamental e seus responsáveis

Crianças	Idade	Escolaridade	Possui celular próprio	Possui tablet/ outro meio digital
Criança 1	10	5º ano	Não	Sim
Criança 2	10	3º ano	Sim	Sim
Criança 3	8	4º ano	Sim	Não
Criança 4	11	6º ano	Não	Sim
Criança 5	8	2º ano	Não	Não
Criança 6	12	6º ano	Sim	Não
Criança 7	12	7º ano	Sim	Sim
Criança 8	11	5º ano	Sim	Sim
Criança 9	8	3º ano	Sim	Não
Criança 10	10	4º ano	Sim	Sim

Responsáveis	Idade	Escolaridade	Estado Civil	Situação Profissional
Mãe 1	37	Ensino Médio Incompleto	Solteira	Autônoma
Mãe 2	45	Ensino Fundamental	Casada	Desempregada
Mãe 3	33	Ensino Médio	Divorciada	Empregada
Mãe 4	35	Ensino Médio Incompleto	Divorciada	Empregada
Mãe 5	40	Ensino Médio Incompleto	Divorciada	Desempregada
Mãe 6	31	Ensino Médio	Casada	Empregada
Pai 7	47	Ensino Superior Incompleto	Casado	Empregado
Mãe 8	45	Ensino Médio	União Estável	Empregado
Mãe 9	36	Ensino Médio	Casada	Autônoma
Mãe 10	27	Ensino Médio	Casada	Autônoma

Condições para submissão

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

- A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista (não sendo o caso, justificar na carta de apresentação).
The submission has not been previously published, nor is it before another journal for consideration (or an explanation has been provided in Comments to the Editor).
- Os arquivos para submissão estão em formato doc, docx ou rtf (Rich text).
The submission file is in doc, docx or rtf (Rich text) format.
- Todos os endereços "URL" no texto (ex.: <http://pkp.sfu.ca>) estão ativos e levam diretamente ao documento citado.
All URL addresses in the text (e.g., <http://pkp.sfu.ca>) are activated and ready to click.
- Todas as tabelas, figuras e anexos encontram-se após as referências bibliográficas e sinalizadas no corpo do texto, de forma a indicar onde devem ser inseridos, cfe "Elementos do Manuscrito".
All illustrations, figures, and tables are placed within the text at the appropriate points, rather than at the end. The text adheres to the stylistic and bibliographic requirements outlined in the [Author Guidelines](#), which is found in "Instructions to authors" - homepage of this Journal.
- O texto segue todos os requisitos de formatação da revista de acordo com as "Diretrizes aos Autores", disponíveis neste sítio.
The text follows the format of the revised requirements under the "Instructions to Authors", found on the homepage of the magazine.
- O manuscrito está de acordo com as normas técnicas da American Psychological Association: Publication Manual of the American Psychological Association (2010, 6ª edição) e adaptações adotadas por este periódico, sendo que nas Referências constam APENAS as obras citadas.
The manuscript is in accordance with the standards of the American Psychological Association: Publication Manual of the American Psychological Association.
- O nome do autor foi removido em "Propriedades do documento", opção do menu "Arquivo", e em qualquer outra parte do manuscrito enviado à revista.
If submitting to a peer-reviewed section of the journal, authors' names are removed from submission, with "Author" and year used in the bibliography and footnotes, instead of authors' name, paper title, etc.
- Os metadados foram preenchidos de forma correta e completa.
- Estou ciente de que a perspectiva de publicação de artigos nacionais nesse periódico é de até 2 anos.
- Declaro não haver Conflito de Interesses na submissão a este periódico.

Diretrizes para Autores

INSTRUÇÕES AOS AUTORES ESCOPO E POLÍTICA Psicologia & Sociedade propõe-se a publicar artigos originais sobre temáticas que privilegiem pesquisas e discussões na interface entre a psicologia e a sociedade, tendo em vista o desenvolvimento da Psicologia Social numa perspectiva crítica, transformadora e interdisciplinar. Psicologia & Sociedade publica (a) relatos de pesquisa, (b) estudos teóricos, (c) revisões críticas de literatura, (d) resenhas de livros, (e) entrevistas, e (f) traduções. Em casos de real inovação acadêmica e/ou científica, são também aceitos relatos de experiência profissional (descrição de procedimentos e estratégias, ou estudos de caso).

PROCESSO DE AVALIAÇÃO O manuscrito submetido a este periódico não deve estar simultaneamente submetido ou publicado em outro lugar. O processo de avaliação de manuscritos é feito em 3 (três) etapas, descritas a seguir: 1ª etapa de avaliação Após a submissão, os manuscritos são avaliados quanto à adequação às normas aqui especificadas (Instruções aos Autores). Nessa etapa, conduzida pela equipe composta pela Editora Geral e por Assistentes de Edição, confere-se todos os itens explicitados para preparação do manuscrito e sua efetiva submissão. Quando houver equívocos na submissão, os autores serão notificados e terão mais uma oportunidade de adequar os manuscritos. 2ª etapa de avaliação Nessa etapa, a Comissão Editorial realiza a avaliação de relevância do manuscrito para o campo da Psicologia Social, adequação ao escopo e qualidade geral do texto. 3ª etapa de avaliação Nessa etapa, os manuscritos são acompanhados pela equipe de editores da Psicologia & Sociedade, que se responsabilizam pela designação de avaliadores. As submissões serão encaminhadas para avaliação pelos pares preservando a identidade dos autores e consultores (double blind review). Os pareceres emitidos pelos consultores contêm justificativas que podem sugerir a aprovação para publicação sem alterações, a aprovação para publicação com recomendações de alterações ou a não recomendação de publicação. Aos membros do Conselho Editorial, após a apreciação reformulada, cabem as decisões finais sobre os manuscritos, inclusive quanto à necessidade de novas reformulações. Os autores serão informados de todas as etapas. O Conselho Editorial reserva-se o direito de fazer pequenas modificações no texto dos autores para agilizar o processo editorial.

DIRETRIZES GERAIS O processo editorial só terá início se o encaminhamento do manuscrito obedecer às orientações estabelecidas neste documento. Caso contrário, será devolvido para adequação às diretrizes da revista.

- 1) A revista Psicologia & Sociedade adota, com algumas adaptações, as normas de publicação da APA: "Publication Manual of the American Psychological Association (6ª edição, 2010)". A omissão de informação no detalhamento que se segue implica que prevalece a orientação da APA. Como alternativa à consulta ao original desse manual, sugerimos o Tutorial de referências bibliográficas estilo APA 6a.ed. (<http://issuu.com/bibliotecasua/docs/manualestiloapa6ed>).
- 2) Os documentos para submissão deverão estar em formato doc ou docx e não exceder o número máximo de páginas indicado para cada categoria, conforme descrito a seguir (incluindo Resumo, Abstract, corpo do texto, Figuras, Tabelas, Referências e Anexos): Relatos de pesquisa, estudos teóricos, revisões críticas de literatura (15-25 páginas): relatos de alta qualidade de pesquisas originais, baseadas

em investigações sistemáticas e completas, devem propor a análise de conceitos, levando ao questionamento de modelos existentes à elaboração de hipóteses para futuras pesquisas. Também serão aceitos artigos teóricos ou de revisão com análise crítica e oportuna de um corpo abrangente de investigação, relativa a assuntos de interesse para o desenvolvimento da Psicologia Social. Resenhas de livros (3-10 páginas): revisão crítica de obras nacionais (publicadas há até dois anos) ou estrangeiras (publicadas há até cinco anos), orientando o leitor quanto a suas características, usos potenciais e contribuições para o campo da Psicologia Social. Entrevistas (15-25 páginas): entrevistas realizadas com autores, autoridades reconhecidas no campo acadêmico e outras personalidades que contribuam para o debate da psicologia social. As entrevistas devem conter o(s) nome(s) do(s) entrevistado(s) e entrevistador(es) e uma apresentação de no máximo uma página. Pede-se também que seja enviada a autorização digitalizada do(s) entrevistado(s), concordando com a publicação do material. Traduções (15-25 páginas): traduções de artigos, ensaios e entrevistas relevantes e indisponíveis em língua portuguesa. As colaborações enviadas devem apresentar título, nome(s) do(s) autor(es) e do(s) tradutor(es). E devem ainda ser acompanhadas de cópia digitalizada do original utilizado na tradução, bem como da autorização digitalizada (do editor e/ou do autor) para publicação. Relatos de experiência profissional (10-15 páginas): descrição de procedimentos e estratégias, ou estudos de caso que apresentem real contribuição acadêmica. 3) É fundamental que o material não contenha qualquer forma de identificação da autoria, o que inclui referência a trabalhos anteriores do(s) autor(es), menção a instituições a que estejam vinculados, detalhes de método que possibilitem a identificação/localização da origem, bem como informações contidas nos campos das propriedades do documento. Informações institucionais ou detalhes metodológicos que possam identificar devem ser suprimidos, usando-se, como exemplo, as expressões “Universidade XXX”, “na Escola XXX”. Múltiplas citações de si mesmo devem ser evitadas. Se inevitáveis, no corpo do texto devem vir com a palavra “Autor/a (ano de publicação)” e no início da lista de Referências – e não na sequência alfabética – deixar a seguinte informação: “Autor/a (ano de publicação) – incluir referência após a avaliação por pares”. Para retirar a identificação de autoria nas Propriedades do arquivo, os caminhos podem variar, dependendo da sua versão de Word ou outro editor de texto. Na ferramenta de Ajuda do seu editor de texto, procure por “Propriedades” ou “Inspeccionar documento” e siga as instruções para remover informações pessoais do documento. Os autores que tiverem suas submissões aceitas para publicação terão oportunidade, durante a revisão final, de incluir dados complementares. 4) Os metadados da submissão devem ser preenchidos de forma correta e completa. 5) Os textos originais deverão ser submetidos via internet mediante cadastro do autor no sítio da revista (www.scielo.br/psoc).

PREPARAÇÃO DOS MANUSCRITOS 1) Diretrizes de formatação a) Artigos originais e os demais tipos de texto aceitos para publicação neste periódico devem ser formatados seguindo-se as instruções: – Formato A4 – Fonte: Times New Roman, tamanho 12, ao longo de todo o texto, incluindo referências, notas, tabelas, etc. – Margens: 2,5 cm em todos os lados (superior, inferior, esquerda e direita). – Espaçamento: espaço duplo ao longo de todo o manuscrito, incluindo Folha de Rosto, Resumo, Corpo do Texto, Referências, Anexos, etc. – Alinhamento: esquerda – Recuo da primeira linha do parágrafo: tab = 1,25cm – Numeração das páginas: no

canto superior direito – A paginação deve iniciar no Resumo, quando houver, que receberá número de página 1 – Endereços da Internet: Todos os endereços "URL" (links para a internet) no texto (ex.: <http://pkp.sfu.ca>) deverão estar ativos e levar diretamente ao documento citado – Imagens devem ter alta qualidade - resolução mínima de 300 dpi, formato jpeg. 2) ELEMENTOS DO MANUSCRITO Os elementos do manuscrito devem ser apresentados na seguinte ordem: a) Folha de rosto sem identificação de autoria, b) Resumos e palavras-chave c) Corpo do texto, d) Notas de fim, e) Referências, f) Agradecimentos e Agência(s) de fomento, acompanhadas do número do Processo e(ou) Edital através do qual foi obtido o apoio e g) Tabelas, Figuras e Anexos. A. Folha de rosto sem identificação A Folha de Rosto não é computada no número total de páginas do manuscrito, mas deve ser integrada no mesmo arquivo dos demais elementos do texto. Ela deve conter: a) Título original (máximo de 14 palavras). Títulos e subtítulos não devem conter pontuação final b) Títulos compatíveis em espanhol e inglês B. Folha de Resumo, Resumen e Abstract Resumos em português, espanhol e inglês: formatar em parágrafos únicos, com no máximo 150 palavras e com o título Resumo na linha acima, alinhado à esquerda. Ao final de cada resumo, listar pelo menos três e no máximo cinco palavras-chave (em letras minúsculas e separadas por ponto e vírgula). Sugere-se utilizar palavras-chave derivadas das Terminologias em Psicologia da BVSPsi ou Thesaurus do Psycinfo. A revista Psicologia & Sociedade tem, como procedimento padrão, fazer a revisão final dos Resumos em língua estrangeira, reservando-se o direito de corrigi-los, se necessário. Esse é um item muito importante de seu trabalho, pois em caso de publicação estarão disponíveis em todos os indexadores internacionais da revista. No caso de submissão de resenhas de livros, entrevistas e notas técnicas, o resumo não é necessário. C. Corpo do texto: não é necessário repetir o título do manuscrito na primeira página. As seções do corpo do texto não começam cada uma em uma nova página e todas devem possuir títulos, centralizados e somente com a primeira letra maiúscula (por exemplo, Método e discussão, em artigos empíricos). Os subtítulos devem estar alinhados à esquerda, em itálico, com a primeira letra maiúscula (por exemplo, os subtítulos da seção Método: Participantes ou Análise dos dados). Títulos e subtítulos não devem ser acompanhados de ponto final. Caso haja outras subdivisões no texto, se recomenda no máximo três níveis de intertítulos, utilizando números e letras. As palavras Figura, Tabela e Anexo devem ser escritas com a primeira letra em maiúscula e acompanhadas do respectivo número (Figuras e Tabelas) ou letra (Anexos). Os locais sugeridos para inserção de figuras e tabelas deverão ser indicados no texto. Expressões como "a Tabela acima" ou "a Figura abaixo" não devem ser utilizadas, pois no processo de diagramação a localização das mesmas pode ser alterada. As normas não incluem as denominações Quadros ou Gráficos. Sublinhados, Itálicos e Negritos: evite sublinhar. Use itálico para palavras ou expressões que constituam "estrangeirismos", como self, locus, etc. e negrito para palavras que deseje grifar. Abreviações em Latim: utilize abreviações de Latim apenas em texto entre parênteses; em texto sem parênteses, use a tradução em português destes termos: cf. = compare; i.e. = isto é; e.g. = por exemplo; viz. = ou seja; etc. = e assim por diante; vs. = versus/contra. C.1 Citações Todos os trechos citados, direta ou indiretamente, devem ser seguidos dos nomes dos autores/instituições e da data de sua publicação. No caso de citação direta, deve ser informada, ainda, a página em que o trecho se

encontra na obra consultada. A citação direta deve ser exata, mesmo se houver erros no original. Se isso acontecer e correr o risco de confundir o leitor, acrescente a palavra [sic], sublinhada e entre colchetes, logo após o erro. A omissão de trechos de uma fonte original deve ser indicada por três pontos sem parênteses. A inserção de material, tal como comentários ou observações, deve ser feita entre colchetes. A ênfase numa ou mais palavras deve ser feita com fonte sublinhada, seguida de [grifo nosso]. Os exemplos abaixo auxiliam na organização de seu manuscrito, mas certamente não esgotam as possibilidades de citação em seu trabalho. Utilize o *Publication Manual of the American Psychological Association* (2010, 6ª edição) para verificar as normas para outras referências.

C.1.2 Citação de artigo de autoria múltipla

- Artigo com dois autores: cite os dois nomes sempre que o artigo for referido.
- Artigo com três a cinco autores: cite todos os autores na primeira referência; da segunda referência em diante utilize sobrenome do primeiro autor seguido de "et al." e da data, caso seja a primeira citação no parágrafo.
- Artigo com seis ou mais autores: cite apenas o sobrenome do primeiro autor, seguido de "et al." e da data. Porém, na seção de Referências, todos os nomes dos autores deverão ser relacionados.

C.1.2. Citações de obras antigas e reeditadas Utilize o seguinte formato: Autor (data de publicação original / data de publicação consultada).

C.1.3. Citação secundária Trata-se da citação de um artigo discutido em outra publicação consultada, sem que o original tenha sido utilizado. Por exemplo: "Piaget (1932, citado por Flavell, 1996) ...". Na seção de referências, citar apenas a obra consultada (no caso, Flavell, 1996). Citações com menos de 40 palavras devem ser incorporadas no parágrafo do texto, entre aspas. Citações com mais de 40 palavras devem aparecer sem aspas em um parágrafo no formato de bloco, recuado 1,25cm da margem esquerda. Trechos de material empírico devem seguir a mesma regra e ser formatados sempre com fonte em itálico. Citações com mais de 500 palavras, reprodução de uma ou mais figuras, tabelas ou outras ilustrações devem ter permissão escrita do detentor dos direitos autorais do trabalho original para a reprodução. A permissão deve ser endereçada ao autor do trabalho submetido. Os direitos obtidos secundariamente não serão repassados em nenhuma circunstância. Atenção: Não use os termos apud, op. cit, id. ibidem, e outros. Eles não fazem parte das normas da APA.

D. Notas: devem ser evitadas sempre que possível. No entanto, se não houver outra possibilidade, devem ser indicadas no texto por algarismos arábicos sobrescritos e apresentadas imediatamente após o Corpo do texto.

E. Referências: apenas as obras mencionadas no texto e publicadas devem aparecer nesta seção. Não deixe um espaço extra entre as citações. As referências devem ser citadas em ordem alfabética pelo sobrenome dos autores. Em casos de referência a múltiplos estudos do mesmo autor, utilize ordem cronológica, ou seja, do estudo mais antigo ao mais recente desse autor. Nomes de autores não devem ser substituídos por travessões ou traços. Trabalhos apresentados em congresso, mas não publicados, não devem constar nas Referências e, sim, em Notas.

Exemplos de referências:

- 1 Artigo de revista científica Bosa, C. A. & Piccinini, C. A. (1996). Comportamentos interativos em crianças com temperamento fácil e difícil. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 9, 337-352.
- 2 Artigo de revista científica paginado por fascículo Hüning, S. M. & Guareschi, N. M. F. (2005). O que estamos construindo: especialidades ou especialismos? *Psicologia & Sociedade*, 17(1), 89-92.
- 3 Artigo de revista científica no prelo Indicar, no lugar da data, que o artigo está no prelo. Incluir o nome do periódico sublinhado após

o título do artigo. Não referir data e números do volume, fascículo ou páginas até que o artigo seja publicado. No texto, citar o artigo indicando que está no prelo. 4 Livros Silva, R. N. (2005). A invenção da psicologia social. Petrópolis, RJ: Vozes. 5 Capítulo de livro Maraschin, C. (2005). Redes de conversação como operadores de mudanças estruturais na convivência. In N. M. C. Pellanda, E. T. M. Schlünzen, & K. Schlützen Jr. (Orgs.), Inclusão digital: tecendo redes afetivas/cognitivas (pp. 135-143). Rio de Janeiro: DP & A. 6 Trabalho apresentado em congresso com resumo publicado em anais Todorov, J. C., Souza, D. G., & Bori, C. M. (1992). Escolha e decisão: A teoria da maximização momentânea [Resumo]. In Sociedade Brasileira de Psicologia (Org.), Resumos de comunicações científicas, XXII Reunião Anual de Psicologia (p. 66). Ribeirão Preto: SBP. 7 Teses ou dissertações Dal Molim, F. (2002). Autoipoiese e sociedade: a rede integrada de serviços da Restinga na teoria dos sistemas vivos. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 8 Obra antiga e reeditada em data muito posterior Freud, S. (2011). O mal estar na civilização (P. C. de Souza, Trad.). São Paulo: Penguin-Companhia das Letras. (Original publicado em 1930) 9 Autoria institucional American Psychological Association. (1994). Publication manual (4ª ed.). Washington, DC: Author.. Artigo de jornal Schwartz, J. (1993, September 30). Obesity affects economic, social status. The Washington Post, pp. A1, A4. (nº de páginas com “p.” ou “pp.”; separe as páginas descontínuas com vírgulas). Artigo de jornal eletrônico Brody, J. E. (2007, December 11). Mental reserves keep brain agile. The New York Times. Acesso em <http://www.nytimes.com> (Nos textos em português pode-se usar “2007, 11 de dezembro”). Nos casos em que o artigo de jornal não traga a indicação da autoria, substitua o nome do autor pelo título da matéria. 10 Comunicação pessoal Pode ser carta, mensagem eletrônica, conversa telefônica ou pessoal. Cite apenas no texto, dando as iniciais e o sobrenome do emissor e a data. Não inclua nas Referências. F. Agradecimentos: no caso de agências de fomento, a informação é obrigatória, indicando, inclusive, o número do projeto/processo/edital através do qual foi obtido o apoio. VERIFICAÇÃO DE DIRETRIZES PARA SUBMISSÃO A submissão de textos em qualquer categoria só será possível mediante a confirmação do autor, através do sistema SciELO Submission, de que TODAS as condições estabelecidas estão atendidas. O descumprimento de qualquer um dos itens é suficiente para a recusa inicial durante a primeira etapa de avaliação, motivo pelo qual recomendamos aos autores que façam minuciosa revisão de seus manuscritos, antes da submissão. Enfatizamos que manuscritos recusados duas vezes por inadequação a esses itens não serão novamente recebidos. É necessário, ainda, que o autor declare estar ciente de que a perspectiva de publicação de artigos nacionais nesse periódico é de até um ano. DIREITOS AUTORAIS A submissão dos textos implica a cessão imediata e sem ônus dos direitos de publicação na revista Psicologia & Sociedade, que terá a exclusividade de publicá-los em primeira mão. O autor continuará, não obstante, a deter os direitos autorais para publicações posteriores. No caso de republicação dos artigos em outros veículos, deve ser feita menção à primeira publicação em Psicologia & Sociedade. Política de Acesso Livre – Psicologia & Sociedade é publicada sob o modelo de acesso aberto sendo, portanto, livre para compartilhamento e adaptação desde que observados os termos da licença Creative Commons BY.